

**REFLEXÃO ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO PSICÓLOGO
ESCOLAR E O CURRÍCULO**

**REFLECTION ON THE CONTRIBUTION OF THE SCHOOL
PSYCHOLOGIST AND THE CURRICULUM**

**REFLEXIÓN ACERCA DE LA CONTRIBUCIÓN DEL PSICÓLOGO
ESCOLAR Y EL CURRÍCULO**

Marcos Lucena da Fonseca

Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco – UPE.
fonsecalucena@hotmail.com

Recebido para avaliação em 12/01/2017; Aceito para publicação em 31/10/2017.

RESUMO

Este artigo tem como escopo refletir e problematizar acerca da contribuição do psicólogo escolar para o currículo, e vice-versa, analisando a importância da interação entre eles e compreendendo os contextos que compõem o ciclo contínuo e não verticalizado da produção do currículo. Reflete-se se o psicólogo escolar deve ser um agente de mudança no processo de ensino-aprendizagem estando atento às questões dos currículos. De abordagem qualitativa, trata-se de um estudo de caso, com aplicação de entrevista semiestruturada, em que ficou evidenciado que o psicólogo escolar, em seu papel, deve colaborar para que educadores entendam que formam subjetividades de educandos. Por isso, não deve buscar alternativa, mas alternativas, ancorado numa ação interventiva-preventiva, diante de problemas relacionados a aspectos que tangem à Psicologia e ao Currículo, dentro da escola, buscando tanto promover saúde e bem-estar pessoal e social como uma Educação integradora a partir de uma visão de homem enquanto unidade indivisível.

Palavras-chave: Psicólogo; Currículo; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This article aims to reflect and problematize the contribution of the school psychologist to the curriculum, and vice versa, analyzing the importance of the interaction between them and understanding the contexts that make up the continuous and non-vertical cycle of curriculum production. It is a question of whether the school psychologist should be an agent of change in the teaching-learning process by being attentive to curriculum issues. From a qualitative approach, it is a case study, with semi-structured interview application, in which it was evidenced that the school psychologist, in his role, should collaborate so that educators understand that they form subjectivities of learners. Therefore, it should not seek alternatives, but alternatives, anchored in an intervention-preventive action, in the face of problems related to Psychology and Curriculum, within the school, seeking both to promote health and personal and social well-being as an Education integrative from a view of man as an indivisible unit.

Keywords: Psychologist; Curriculum; Interdisciplinarity.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar y problematizar acerca de la contribución del psicólogo escolar al currículo, y viceversa, analizando la importancia de la interacción entre ellos y comprendiendo los contextos que componen el ciclo continuo y no verticalizado de la producción

del currículo. Se refleja si el psicólogo escolar debe ser un agente de cambio en el proceso de enseñanza-aprendizaje estando atento a las cuestiones de los currículos. De abordaje cualitativo, se trata de un estudio de caso, con aplicación de entrevista semiestructurada, en que quedó evidenciado que el psicólogo escolar, en su papel, debe colaborar para que educadores entiendan que forman subjetividades de educandos. Por eso, no debe buscar alternativa, sino alternativas, anclado en una acción interventiva-preventiva, frente a problemas relacionados a aspectos que tangen a la Psicología y al Currículo, dentro de la escuela, buscando tanto promover salud y bienestar personal y social como una Educación integradora a partir de una visión de hombre como unidad indivisible.

Palabras clave: Psicólogo; Plan de Estudios; Interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da escola em nosso país, metamorfose e adaptação se fazem mister. Hodiernamente, o público que é alvo da escola oferece desafio diverso ao de outrora. Encontramos, na escola, alunos com o perfil de ter sofrido violência, física ou psicológica, bem como aqueles que, por inúmeras razões, são executores de alguns tipos de violência, como é o caso do bullying. Neste sentido, podemos mencionar alunos com necessidades especiais, tais como um cadeirante ou um surdo, de vulnerabilidade social, filhos da desigualdade social, com transtornos psicológicos, a exemplo de um autista.

Diante disso, a escola atual, caso pretenda oferecer uma Educação de qualidade, precisa trabalhar com uma equipe multiprofissional e de modo interdisciplinar para que possa dar conta, minimamente, dessa nova demanda que lhe chega. Multiprofissional em razão da presença de vários profissionais e/ou atividades várias de profissionais, e interdisciplinar, a partir do que traz Tozoni-Reis (2012), que a advoga como a autonomia das disciplinas, embora, sozinhas, revelam-se insuficientes para uma formação integral do sujeito educando, exigindo ações complementares dos seus conteúdos.

Destarte, percebe-se a relevância de refletirmos acerca da contribuição do Psicólogo Escolar para com o Currículo, como proponente e necessário, inserido na equipe multiprofissional, na escola, de forma que o Currículo, em sua aplicação, não deve ser cumprido por um único viés, mas, de maneira interdisciplinar, e, por vezes, até multitransinterdisciplinar, como a justaposição de saberes, conteúdos além dos atinentes a cada disciplina, conforme a necessidade que a realidade da sala exige – como falar de bullying, anorexia, preconceito – e interdisciplinar, como já acenamos. Como propugna Arroyo (2012), à medida que chegam às escolas outros sujeitos, outros educandos, tem-se a exigência de uma nova pedagogia, uma nova forma de executar, se se almeja qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Parte-se das acepções de Psicologia Escolar como uma das áreas de atuação do Psicólogo, sendo o seu campo a Educação, isto é, o Psicólogo Escolar aplica técnica e teoria da Psicologia em ambiente escolar, não como um “coringa”, mas como um mediador de ideias e relações, a fim de contribuir de forma significativa no processo educativo (FERNANDES, 2016) do sujeito educando, promovendo saúde, no sentido proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que significa não só ausência de doença, mas completo estado de bem-estar biopsicossocial (BRASIL, 1997).

Quanto ao Currículo, pauta-se na ideia de Macedo (2011), que o concebe além do senso comum: os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos estudantes; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização; tudo isso como teorias e ações da Educação em conjunto, dinâmicas, contextualizadas e refletidas, atualizadas (ARROYO, 2006), alicerçadas em documentos nacionais e internacionais, embasadas por teóricos que pensam a temática Currículo, com fim de executar um processo educacional de qualidade, com vistas a uma transformação pessoal e social. Portanto, Currículo como uma ferramenta não de enquadres, molduras e padronizador e sim de facilitador de respeito a direitos, de fomentador de diversidade e singularidade com fins de crescimentos pessoal e social.

Ancora-se a pesquisa em teóricos como Stephen Ball e seus intérpretes brasileiros, tais quais Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo (2012), Fernandes (2016), Pan et al. (2011), entre outros.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo exploratório-descritivo, guiado pela metodologia Estudo de Caso, tendo por técnica a entrevista semiestruturada, no Colégio Hannah Arendt (nome fictício), em Recife-PE, a partir do que propõe Vestura (2007). Este autor advoga o Estudo de Caso como estratégia de pesquisa simples e específica, ou complexa e abstrata, que deve ser bem delimitado, rico em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado.

O público-alvo foi uma psicóloga escolar, que não a identificaremos como nome de Rute, da rede particular de ensino do Recife-PE, Colégio Hannah Arendt (nome fictício). Obteve-se o trabalho por meio de entrevista exploratória de 20% (vinte por cento) da população do citado colégio, com os alunos, seus familiares e a equipe pedagógica e da referida profissional, a qual possui experiência de 23 anos de atuação na área, que nos permitiu refletir sobre possível diálogo entre o Currículo e a Psicologia, como contribuição eminente para a qualidade do ensino-aprendizagem, na escola, seguindo a esteira de Minayo (2015, p.7), que diz: “Ressaltamos que *teoria, método e criatividade*, (...) são três ingredientes ótimos que, bem combinados, produzem conhecimentos e dão continuidade à tarefa dinâmica de descobrir as entranhas do mundo e da sociedade”.

ENCETANDO A CONVERSA

Diante das diversas compreensões do termo Currículo desde as origens da maneira como a Educação é concebida historicamente, encontra-se nos Currículos as lutas por hegemonia entre as várias influências teóricas deles (MOREIRA; CANDAU, 2006). Os estudos de Lopes e Macedo (2011) revelam que, mais que Matriz Curricular, ementas e programas de disciplinas/atividades, planos de professores, etc., verifica-se uma dicotomia no Currículo, já que decisões do que deve ser ensinado e aprendido fica a cargo de entidades externas à escola, cabendo a esta última a simples execução de decisões preestabelecidas. Apesar disso ainda vigorar, é plausível e alvissareiro percebermos que, atualmente, a concepção que tem pertinência é entender o Currículo de modo mais amplo, ou seja, como um conjunto de ações que acontecem dentro e fora da escola e que se influenciam mutuamente.

Dessa forma, o Currículo não se apresenta como um campo estático e verticalizado, mas, ao contrário, configura-se como uma arena de produção do conhecimento em que teorias de conhecimento, grupos sociais e pessoas com capital cultural diferente (BOURDIEU, 1976) travam conflitos para alcançar uma hegemonia no processo de produção do conhecimento. Essas lutas por poder evidenciam o caráter dinâmico do Currículo e estão presentes em todas as suas etapas de produção.

Dentro dessa compreensão de Currículo, a contribuição do Psicólogo Escolar urge como profissional que não apenas media conflitos, que são inevitáveis diante das novas realidades existentes na escola, mas, também, realiza uma ação preventiva, em que prevenir significa “antecipar-se a”, “evitar”, “livrar-se de”, “impedir que algo se suceda” no contexto

da escola, como a existência de certos problemas, de dificuldades ou fracassos. Na perspectiva de Andaló, o Psicólogo Escolar é um profissional *agente de mudanças*, ou seja, pois é pertinente que funcione “como um elemento catalisador de reflexões, um conscientizador dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição” (ANDALÓ, 1984, p. 46), evitando que professores realizem suas ações de maneira a alienar o seu público em foco:

Nessa perspectiva é importante considerar o indivíduo sem perder de vista, entretanto, sua inserção no contexto mais amplo da organização. Um trabalho eficiente nessa linha teria que partir de uma análise da instituição, levando em conta o meio social no qual se encontra e o tipo de clientela que atende, bem como os vários grupos que a compõem, sua hierarquização, suas relações de poder, passando pela análise da filosofia específica que a norteia, e chegando até a política educacional mais ampla (ANDALÓ, 1984, p. 46).

A autora está chamando atenção para que o Psicólogo Escolar, em sua atuação, considere não apenas os aspectos individuais dos alunos, mas também aspectos do corpo docente, projetos políticos pedagógicos, métodos de ensino, políticas educacionais e demais características institucionais, como o bullying e outras formas de violência, mas, também, no subjacente da sua colocação, questões de Currículo quando a autora propõe que fiquemos atentos “a política educacional mais ampla”.

Diante destes novos aspectos, o supracitado profissional poderia não só contribuir para modificar e adaptar Currículos e formas de instrução de maneira mais humanizada e com respeito a singularidades a fim de que o Currículo seja emancipador e instrumento de respeito a direitos, sendo libertador invés de alienador, já que, em nosso país, infelizmente, questões ideológicas políticas e econômicas têm estado muito presentes nos Currículos e em suas aplicações (MACEDO, 2012), ou, como atesta Mainardes, no contexto de influência no cenário em que normalmente as definições políticas são iniciadas e os discursos políticos são construídos, “acontecem as disputas entre quem influencia a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado” (MAINARDES, 2006, p. 51).

De fato, na perspectiva de Mainardes (2006), os textos políticos representam a política educacional e nem sempre são coesos, mas, em alguns casos, podem ser paradoxais, pois utilizam alguns conceitos de maneiras diversas. De acordo com Bowe, Ball e Gold (1992), esses contextos não se apresentam de forma linear, sucedendo-se que o primeiro decide e o segundo apenas interpreta suas decisões, mas se influenciam mutuamente durante o processo de produção das políticas curriculares em Educação. Neste sentido, parece pertinente o que advoga Lopes (2004), que enxerga as políticas

curriculares como uma construção do conhecimento escolar realizado tanto em contextos externos às escolas, quanto dentro da própria instituição de ensino. Por isso, Mainardes (2006) arremata que na abordagem do ciclo de políticas, os textos das políticas educacionais – ou, pelo menos, suas ideias – não chegam à escola apenas para serem executados, mas estão sujeitos às interpretações dos profissionais que atuam nas instituições de ensino, correndo o grande perigo do Currículo se tornar empecilho em vez de facilitador diante dos desafios que envolvem o mundo escolar.

Dessa forma, a escola configura-se como cenário em que os agentes educacionais participam do processo de interpretação dessas políticas, definindo o que Bowe, Ball e Gold (1992) denominam de contexto da prática, o qual pode ser entendido como o ambiente escolar que abrange as práticas dentro e fora da sala de aula, em que as políticas educacionais curriculares são interpretadas ou recriadas por professores e demais agentes educacionais para relacionar os textos políticos às suas práticas cotidianas. De fato, os professores não interpretam os textos políticos de forma ingênua. Cada docente está imbuído de suas próprias histórias, concepções, valores e experiências que orientam suas análises dos textos políticos. Diante disso, vale salientar que as propostas curriculares podem ser aceitas, ignoradas, rejeitadas, mal interpretadas ou reproduzidas pelos docentes. Entretanto, o mais nocivo disso parece ser quando os professores compactuam com ideologias curriculares que suplantam a unidade indivisível que é cada aluno.

Um outro ponto que pode causar dificuldades, o qual é um desafio, é que a atuação dos professores no processo de interpretação dos textos políticos curriculares pode acontecer de modo prescritivo, em que o docente meramente lê e aplica a política em suas práticas escolares, ou pode atuar de forma ativa na interpretação dos textos políticos que produzem “efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Característico dos outros contextos do ciclo de políticas, o contexto da prática é permeado por conflitos entre os professores e demais agentes escolares. Nesse sentido, ao chegar à escola, os textos políticos são recontextualizados e recriados a partir das concepções que os docentes possuem. Essas diferentes interpretações são objeto de discussão entre os professores, as quais se apresentam como disputas de influência entre os grupos de interesse.

Perante isso, Mainardes afirma:

o contexto da prática pode ser considerado um microprocesso político, em que se observa o contexto de influência (os professores defendem suas

interpretações lutando pela hegemonia de suas concepções enquanto recontextualizam os textos políticos), o contexto de produção de texto (discursos orais ou criação de documentos curriculares escolares como planos de ensino, planejamentos, projetos) e o contexto da prática (com a aplicação dessas interpretações em suas práticas escolares) (MAINARDES, 2006, p. 59).

O que acima temos exposto nos faz refletir e de certa forma inferir é que o sentido de contexto da prática abordado pelo ciclo de políticas não se limita ao ambiente específico da sala de aula e não se refere apenas aos professores e seus alunos. O contexto da prática é entendido num sentido mais amplo que integra as relações que ocorrem na escola dentro e fora da sala de aula. Engloba reuniões entre professores para discutir sobre as propostas das políticas educacionais, planejamentos, encontros de pais e atividades desenvolvidas na escola.

Nesse sentido, produzem diversas experiências e habilidades em responder, favoravelmente ou não, às propostas curriculares, reinterpretando-as. Segundo Lopes (2004, p. 113), “as políticas estão sempre em processo de vir a ser, sendo múltiplas as leituras possíveis de serem realizadas por múltiplos leitores, em um constante processo de interpretação das interpretações”.

Na empreitada de realizar-se uma interpretação mais humanizada, crítica, reflexiva, politizada e transformadora do Currículo, com o intento de formar o aluno numa perspectiva de crescimento pessoal, ao ponto de reverberar num cidadão que pode ser cômico de direitos e deveres e um agente proativo socialmente, o Psicólogo Escolar muito pode contribuir, principalmente, ao realizar intervenções que focalizem a criança não como “aluno-problema”, mas tendo seu olhar apenas na criança, no sentido de ser ajustada ao contexto escolar, passando depois a tratar também dos professores, atuando com base num modelo clínico dentro da escola, diagnosticando e encaminhando alunos com desvios de comportamento, etc. (FERNANDES, 2016), combatendo ideologias padronizadoras e homogeneizadoras, facilitando o trabalho dos agentes educacionais e contribuindo com os alunos, no sentido de que o Currículo seja um mediador de vida e anulador dela.

De fato, o que mais se recomenda para a atuação contemporânea do Psicólogo Escolar é a busca de promover reflexões e modelos preventivos de atuação sobre as circunstâncias emergidas no contexto escolar; desmistificar o papel individualizante e psicologizante das práticas profissionais do psicólogo inserido no contexto educacional; almejar uma distância da práxis clínica tradicional, bem como a aproximação de uma visão mais institucionalizada dos problemas que acontecem na escola a fim de ampliar as possibilidades de sua atuação. Assim, torna-se, ainda, imprescindível que ele adentre o universo dos mais variados diálogos da Educação, bem como temas específicos, como o

das adaptações curriculares, fazendo ressignificação de olhares sobre o aluno e a redução de rotulações e diagnósticos desprovidos de análises e observações convincentes (ANDRADA, 2017).

Como propõe Andaló (1984), na perspectiva de agente de mudanças, tem-se voltado basicamente para a constituição de grupos operativos com alunos, professores e equipe técnica, no sentido de encaminhar uma reflexão crítica sobre a instituição, incluindo o processo de ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno, as mudanças sociais que estão ocorrendo, evidenciando com isso a distância cada vez maior que se estabelece entre a escola e a vida, propiciando uma visão mais global e mais compreensiva da crise existente na escola, procurando considerar todos os seus aspectos e, conjuntamente, encontrar formas alternativas de enfrentá-la, já que o psicólogo escolar, ao exercitar a atividade complexa da escuta clínica psicológica, pode reconhecer-se e capacitar-se como profissional que transita pelo complexo, desafiante e difícil espaço de circulação dos fenômenos subjetivos e intersubjetivos, tornando-se um profissional crucial para, se não eliminar, suavizar o distanciamento inócuo e infértil do Currículo com a vida prática presente no universo da escola.

QUESTÕES CURRICULARES E O FAZER DO PSICÓLOGO ESCOLAR

O documento “Parâmetros para Educação básica do Estado de Pernambuco” (2012), mostra a importância do Currículo na prática escolar, mas também alerta para o perigo da dissociação entre o bom material do Currículo e a prática do seu conteúdo. O próprio documento admite, que devemos fazer como está escrito no Currículo, entretanto, isto não acontece, pois ainda somos muito desassociados entre teoria e prática.

Sendo assim, precisamos ter coragem de sairmos da nossa zona de conforto. Para que isso aconteça é necessário um esforço adicional a fim apreender o material relacionado ao currículo; entender as ideologias que o compõe e os jogos de interesses, porque uma coisa é a sua teoria, outra é a sua prática, que em geral, é particular (PERNAMBUCO, 2012).

A partir dessa reflexão, o trabalho do Psicólogo Escolar na escola pode e deve colaborar para a inibição e supressão total de ideologias preconceituosas, homogêneas e práticas excludentes de professores e\ou de componentes da equipe escolar, às vezes, presentes no Currículo ou na sua má interpretação, que conduzem a consequências nefastas para o alunado e o bom andamento da escola.

De acordo com Lopes (2004), a política curricular pode ser definida como:

uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo (LOPES, 2004, p. 111).

Diante do que acima foi exposto, podemos perceber uma concepção de políticas curriculares que ultrapassa os limites da escola, enxergando a produção do Currículo como um processo em que há uma descentralização dessa produção e que acontece em ações dentro e fora da escola. Todavia, a autora patenteia (LOPES; MACEDO, 2011) que, ao contrário de uma visão passiva e inerte, o Currículo configura-se como um campo conflituoso em que grupos sociais lutam por uma hegemonia na produção de conhecimento, baseando-se no estudo da abordagem do ciclo de políticas curriculares. Para Lopes:

Toda política curricular é constituída de propostas e práticas curriculares e como também as constitui, não é possível de forma absoluta separá-las e desconsiderar suas inter-relações. Trata-se de um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, portanto, de culturas, capaz de instituir formas de organizar o que é selecionado, tornando-o apto a ser ensinado (LOPES, 2004, p. 111).

Nesse sentido, percebe-se a produção do Currículo como uma ação contínua e interdependente dos vários segmentos da área educacional, não concebendo uma dissociação entre as propostas e práticas. Esta interdependência caracterizará uma visão de Currículo como ciclo que se retroalimenta, rompendo com uma visão polarizada em que uns criam e outros simplesmente executam. Assim, no processo de construção das políticas curriculares observa-se a existência de contextos políticos primários, cada um deles com diversas arenas de ação, públicas e privadas (LOPES, 2004; MAINARDES, 2006).

Estes contextos situam-se em um ciclo contínuo de políticas e podem ser genericamente definidos como: contexto de influência, em que normalmente as definições políticas são iniciadas e os discursos políticos são construídos; contexto de produção dos textos das definições políticas, o poder central propriamente dito, que mantém uma associação estreita com o primeiro contexto; contexto da prática, em que as definições curriculares estão sujeitas a serem recriadas e reinterpretadas; o contexto dos resultados ou efeitos, que estuda os impactos das políticas e a interação com desigualdades existentes; e, o

contexto da estratégia política, em que se identificam atividades sociais e políticas indispensáveis para lidar com as diferenças criadas ou reproduzidas pelas políticas pesquisadas.

Ao propor os contextos que compõem o ciclo de políticas educacionais, Bowe, Ball e Gold não se referem a uma ideia de construção de currículo verticalizado e linear do Estado para a escola, ao contrário, buscam pensar o currículo como um processo dinâmico “permeado por relações interculturais” (MACEDO, 2006, p. 106) situado em uma arena de conflitos e disputas de poder.

Diante do que se discute, enfatiza-se que o foco deste estudo está no contexto da prática, não no sentido de implementarem as decisões vindas verticalmente de forma rígida e linear dos outros contextos, mas numa arena em que há conflitos e disputas de influências entre os atores educacionais nas formas de recontextualizar o currículo no âmbito escolar. Diante disso, o Currículo, em vista de prática qualitativa, pode contar com o Psicólogo Escolar para mediar conflitos de relação, favorecer um tom menos burocrático e mais adaptado às realidades humanas e colaborar na construção de subjetividades.

Não é demais ressaltar que é de competência do Psicólogo Escolar mostrar aos professores que a maneira como eles tratam seus discentes é de suma importância, já que as suas respectivas subjetividades passam por contínua formação, nas inter-relações, e que se ocorrer, por ex., um deles não ter o comportamento mais aceitável pela maioria, isto não é algo inerente a ele, ou a um grupo que ele pertença, mas sim, possivelmente, foi construído no seu contexto histórico ou sofreu influxo dele. (FERNANDES, 2016).

De fato, não nos é estranho, compreender a subjetividade do aluno, como a de um ser humano, procedente, geralmente, de uma unidade do diverso (de todas as suas relações), síntese de múltiplas influências, vinculada a intersubjetividade (relações entre os homens), construída pela sua apropriação da cultura humana, por meio das objetivações humana-linguagem, instrumentos, utensílios, comportamentos, pensamentos. Portanto, se o aluno é um ser humano, é, concomitantemente, um ser social, que constrói sua subjetividade a partir de um contexto coletivo, o qual exige a apropriação da cultura humana. Por isso, tanto as suas experiências como os sentidos atribuídos a ela formam sua maneira de ser, sua subjetividade, junto a um contexto político, econômico e historicamente construído, (PAN et al., 2011), ao ponto da execução do Currículo deve levar em conta isso e entre outros, o Psicólogo Escolar é ou deveria ser um profissional atento às questões de subjetividade na escola sendo um facilitador de respeito a ela no intento de não permitir que o Currículo erre o alvo ao tentar salvaguardá-la.

Nesse sentido, Meira (2003) propõe que o Psicólogo Escolar deve criar condições para que os docentes repensem e problematizem suas práticas; ajudá-los na compreensão do importante papel que tem como agentes da história; auxiliar na compreensão crítica em relação ao psiquismo, desenvolvimento humano, de suas articulações com a aprendizagem e as relações sociais, e, nesse contexto, revitalizar aquilo que é positivo do Currículo e descartar o que pode ser prejudicial na formação da subjetividade de um aluno.

Partindo da visão de homem como unidade indivisível, construído pelas e nas relações, o que traz o Currículo para a sala de aula e as ações dos professores, quando bem acuradas e facilitadas pelo Psicólogo Escolar, é de suma importância, pois, situação como o fracasso escolar de um aluno, a partir de uma visão mediadora e ampliada, não é atribuída nem ao discente, nem ao docente, nem a equipe e estrutura física escolares, nem à família, mas sim que pode envolver todos, bem como questões políticas, econômicas, sociais e históricas do país. Assim, o fracasso escolar pode até ter peso de responsabilidade mais a um elemento referido que a outro, mas, certamente, não é só de um a culpa pelo fracasso, mas, de uma rede, onde, em geral, um elemento mais esquiva ou se vitimiza em vez de assumir sua responsabilidade, que para chegar a tal vislumbre, pode-se se contar imensamente com o Psicólogo Escolar.

Transmite-se, pois, o pensamento de que a inter-relação aluno-professor é essencial para o fracasso ou sucesso da Educação e que cabe, também, ao Psicólogo Escolar mostrar aos próprios discentes, quando possível, que eles também têm um papel ativo na sua própria Educação, e são responsáveis pelas apropriações que fazem, através das mediações dos professores.

O PSICÓLOGO ESCOLAR E O CURRÍCULO: resultado e discussão

A pesquisa de Fernandes (2016) mostra que o Psicólogo Escolar deve executar questionamentos, tais como: Como é a dinâmica dessa instituição? Como as relações perpassam a instituição? Quais setores estão requerendo intervenções? Quais intervenções são necessárias? Como intervir visando à eficiência do processo ensino aprendizagem? Quais dificuldades são mais comuns? Como intervir? O que está velado nas ideologias e prática Curriculares?

Nessa senda, a música “Como uma onda”, de Lulu Santos, representa a ideia heracliana de mudança, que tudo se renova, coadunando-se a presença do Psicólogo Escolar com a ideia da necessidade de dinamicidade do trabalho pedagógico, que passa a

ter papel ativo no Currículo escolar, como mediador de ideias e de relações, ao invés de ter apenas um papel secundário e de ser acionado em situações incidentais, como a substituição de um professor que faltou.

Por isso, é muito relevante atentar para a perspectiva curricular, conforme vimos refletindo, a fim de que ela não traga prejuízos à sociedade, à escola e, sobretudo, ao aluno, tratando a intervenção do Psicólogo Escolar como aquele que deve promover saúde, no sentido atual da Organização Mundial da Saúde (OMS), como já acenamos. Destacando o bem-estar do aluno, questão de contexto que permeia o aluno, a psicóloga escolar que entrevistamos, disse:

Eu sempre passo para os alunos, quando eu vou explicar o que é que um psicólogo faz na escola. Eu digo que a gente tem um objetivo de trabalhar o bem-estar do aluno. Então, o meu objetivo é sempre visando o bem-estar dos alunos. Porque, assim, meu foco é o aluno, mas ele dentro da instituição como um todo. Então tanto a parte pedagógica a gente precisa conversar com os professores, saber como está sendo a aprendizagem dele, a questão das suas dificuldades. Como a gente vê o aluno como um todo, no seu contexto social, político, histórico, cultural, religioso... Então se perceber alguma coisa, a gente tanto encaminha ou acolhe essas angústias, esses conflitos, então a gente vem trabalhando isso como um todo. A parte do departamento esportivo, a parte social, a parte de disciplina, porque tudo isso recai aqui também, porque se algum ponto desse aqui não estiver bem, vai influenciar os outros e aí eu faço esse trabalho em conjunto com o aluno, a família e a instituição, desde professores, direção, coordenadores, psicopedagogos, assistente social. O aluno não é um ponto, mas um conjunto.

O relato da psicóloga escolar ratifica a ideia de que o aluno não é um ser sozinho, mas “conjunto”, mostrando-se a importância de criar espaços de interlocução com todos os atores escolares, incluindo e acolhendo os diferentes segmentos que participam e constroem o cotidiano escolar, focando tanto os aspectos objetivos do processo de ensino aprendizagem, quanto os aspectos subjetivos, de acordo com o pensamento de Reger (1999) citado por Fernandes (2016), ao afirmar que a contribuição do Psicólogo Escolar está em articular as questões educacionais aos conhecimentos de que dispõe, atuando de forma interdisciplinar com os outros profissionais, devido aos saberes em áreas importantes para a escola: desenvolvimento humano, aprendizagem, motivação, habilidades sociais, relações interpessoais, sexualidade, dificuldades de aprendizagem, ideologias, entre outros.

Diante disso, um dos pontos que toma destaque é a demanda que chega à escola para entrevista, indicando a necessidade de os psicólogos ficarem atentos para tal público. Destarte, não deve o Psicólogo Escolar agir baseado tão somente no seu campo específico de atuação – psicologia escolar, psicopedagogia – mas, também, ao que o cerca, principalmente as intenções dos currículos escolares, os quais não devem ser enrijecidos, mas trabalhados de maneira dinâmica, reflexiva, crítica e interdisciplinar, o que parece ter

consonância com a concepção de interdisciplinaridade já apontada por Tazoni-Reis (2012), que vale ser retomada, citando suas próprias palavras:

A interdisciplinaridade se constitui numa possibilidade de quebrar a rigidez dos compartimentos em que se encontram isoladas as disciplinas dos currículos escolares. No entanto, ela não deve ser vista como uma superação das disciplinas, mas, como propõe Follari (1995b), uma etapa superior das disciplinas, disciplinas essas que se constituem como um recorte mais amplo do conhecimento em uma determinada área. Esse recorte tem o objetivo de possibilitar o aprofundamento de seu estudo, é uma necessidade metodológica legítima e necessária, porém insuficiente para garantir a formação integral dos indivíduos. A etapa superior referida diz respeito à busca da integração para muito além da troca de informação sobre objetivos, conteúdos, procedimentos e compatibilização de bibliografia entre os professores, pois é uma tentativa de maior integração dos caminhos epistemológicos, da metodologia e da organização do ensino nas escolas (TAZONI-REIS, 2012, p. 7).

Então, perante as palavras da autora, a interdisciplinaridade requer do profissional que faz parte de uma equipe multiprofissional, não uma ação que exclua disciplina e\ou a importância de outros saberes, mas que conte com o saber de diversos campos, estando o educando em seu contexto, fala e história de vida, se quisermos um trabalho eficaz e de qualidade na escola, a exemplo do que apontou a psicóloga escolar.

Assim, diante de várias demandas, sobretudo em relação a alunos com necessidades especiais, o trabalho do psicólogo urge. Isso nos leva a entender que só o saber do professor, de um pedagogo, da família e até de um psicopedagogo não são suficientes para atender casos específicos, como o autismo na escola, e o trabalho do psicólogo pode e deve contribuir eminentemente no processo ensino-aprendizagem do aluno.

Diz a psicóloga escolar entrevistada:

Então tem casos bem específicos, a gente tá com alunos especiais, a demanda tá sendo muito grande com a chegada desses alunos especiais. Nós temos autistas, os transtornos de déficit de atenção, a hiperatividade está gritante, que a gente começa a se preocupar até que ponto é real ou é um modismo.... Qualquer coisa, falta de limites da família que tá levando para uma questão de hiperatividade. Mas, tem também a força capitalista que entra com suas regras e intenções subjacentes. Nós psicólogos escolares temos que estar atentos a tudo. Temos que ser um profissional da prevenção, em todos os sentidos. Aquilo que está explícito e o implícito.

Essa fala da psicóloga coaduna-se com a teoria acerca do papel do Psicólogo Escolar, ratificando que ele deve exercer uma função preventiva na escola, a necessidade tanto de uma equipe multiprofissional, quanto a inserção em tal equipe, sendo o profissional que pode fazer a distinção entre o que é um transtorno ou uma ausência de limites; pode contribuir imensamente para a inclusão social; mas, também, como aquele que deve “estar atento a tudo”, desde o implícito como o explícito, tanto em relação às demandas trazidas pelos sujeitos da escola como pelo influxo capitalista com seus intentos

presentes no Currículo, o qual apregoa que só vale ou é cidadão quem produz e\ou consome.

Vale lembrar que a perspectiva de atuação preventiva revela a preocupação maior do psicólogo escolar na atualidade, que difere e se distancia totalmente da prática clínica tradicional. A atuação contemporânea, portanto, busca, ao invés de remediar, preparar o aluno para a vivência de situações na perspectiva preventiva, lembrando que ele se encontra em todo um contexto.

Nesse sentido, a música Epitáfio, dos Titãs, traz a ideia de viver mais, com qualidade de vida, que pode ser assessorada pelo Psicólogo Escolar ao tratar de questões que são incidentais nos Currículos, mas necessárias e tão importantes quanto o conteúdo das disciplinas para o bem viver. Traz a ideia de que não importa apenas a estrutura do Currículo, os assuntos que devem ser ministrados, mas a forma adotada deve sobressair, devendo haver um trabalho do psicólogo no amadurecimento pessoal dos atores escolares, para serem preparados para a vida.

A psicóloga escolar assevera que:

Temos vários projetos desde a entrada do aluno. Aluno novato a gente já tem um projeto para esses alunos, desde o período da seleção a gente participa desse processo com as famílias e o próprio aluno fazendo as entrevistas, começando a ter mais informações sobre esse aluno e a gente faz esse apoio da entrada dele no sentido de adaptação, como ele está se sentindo. Isso a gente faz no início do ano e no meio do ano também. Então isso é uma situação importante para gente analisar, então a gente tenta trazer isso, esse projeto que a gente fez geralmente é com a coordenação dos setores. Eu trabalho muito ligada aos setores, coordenações, porque elas que estão lá no dia a dia. Antes eu ficava exclusivamente em um setor, então eu funcionava só com aquele grupo. Agora não. Então, eu tenho que está sempre em diálogo com os setores porque eu não estou lá no dia a dia, então assim qualquer informação eles são quem recebe primeiro para poder me passar, então assim esse trabalho é bem conjunto, tem que ser senão não funciona. Numa perspectiva interdisciplinar, mas, também trans e até multidisciplinar. No nosso trabalho, temos que estar atenta ao que for possível para melhorar a aprendizagem do aluno.

O destacado acima tem consonância com a reflexão de Ota (1999), que aponta a Educação como fenômeno muito complexo. No princípio, os fenômenos educacionais eram abordados quase que exclusivamente pela Pedagogia. Ao longo do tempo, disciplinas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras, têm se voltado para tal objeto, o que sugere não mais a consolidação de uma única ciência da Educação, mas várias, ao ponto de serem denominadas as ciências da Educação.

Cada vez mais esta multiplicidade também tem revelado as mazelas e as dificuldades que a escola tem enfrentado para dar consecução aos seus objetivos. E, apesar de tantas investigações, tantos pareceres, tantos planos políticos, os graves problemas educacionais continuam presentes: os altos índices de evasão, o alto índice de analfabetos, a insatisfação

de professores pela sua condição de trabalho, insatisfação das famílias pelo insucesso de seus filhos, entre outros.

Por isso, o psicólogo escolar deve ser mais um a somar, atento a intervir e prevenir numa perspectiva não só interdisciplinar, mas multitransinterdisciplinar, como apontou a entrevistada – lembrando que, para Fazenda (2003), multidisciplinar é o trabalho de justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas ou integração de conteúdos numa mesma disciplina e transdisciplinar seria a coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do campo, ou seja, a criação de um campo teórico, operacional de tipo novo e mais amplo – levando-se em conta o contexto interno e externo da escola.

Neste ponto, a música “Tocando em Frente”, de Almir Sater e Renato Teixeira, destaca a ideia de empoderamento do ser para que siga a vida, mesmo sabendo que haverá momentos difíceis, buscando fazer sua história com alegria. No mesmo sentido, a música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, expressa a ideia de equidade, democracia, de lutar, de agir para conseguir os objetivos, mostrando que viver é uma luta constante, e, que “esperar não é saber”, é preciso saber e “fazer a hora acontecer”.

Nisto, o Psicólogo Escolar, munido do conhecimento do currículo escolar, bem como preparado técnica, ética e pessoalmente, pode realizar uma ação na escola, não isoladamente, mas em equipe, tanto efetiva como politicamente, capaz de transformar ideologias burocráticas e suplantadoras de direitos em espaços onde a humanização se faz presente, no sentido de que em vez de tolerância, tenha-se acolhimento; de diferença e malefício, benefício; de impor desejos, respeito a direitos; de desigualdade, diversidade; de homogeneidade, heterogeneidade; de eu saber, nós sabemos.

Dentro deste mesmo viés de reflexão, a psicóloga ainda enfatiza:

Nenhum profissional da educação, mas, principalmente, o psicólogo escolar, deve trabalhar como se estivesse isolado do mundo que o cerca. Precisa trabalhar em equipe, como também, entendendo o que move o que está dentro dos muros da escola, como o que está dentro. Ficar atento aos discursos que estão presentes tanto aos conteúdos disciplinares, como a forma pedagógica de aplicá-los. Mais que isso, observar a ideologia padronizada, homogeneizada, eurocêntrica, calculista, burocrática, que se pode encontrar em todas as ações da equipe escolar. Ficar atento a toda forma desumanizadora que possa haver nos pais, alunos, gestores, professores ou os demais profissionais da instituição escolar.

Sabe-se que as políticas curriculares determinam papéis e funções dos vários sujeitos (professores, gestores, alunos, pais) e como estes se relacionam no ambiente escolar, em suas inter-relações com a comunidade escolar em geral.

A ação do Psicólogo Escolar necessitará, portanto, avaliar o comprometimento com a luta por uma escola democrática e com qualidade social e a construção de uma

prática psicológica diante da queixa escolar, visando ao conhecimento das políticas curriculares educacionais e às suas consequências no dia a dia escolar.

Cabral et al. (2002) salienta que a política curricular metamorfoseada em Currículo, efetua, enfim, um processo de inclusão de certos saberes e de certos indivíduos, excluindo outros, e é visto que o currículo agrega relações de poder, de cultura, bem como identidade e, dentro desse contexto, o Psicólogo Escolar pode dar uma eminente contribuição.

Dessa forma, a partir de uma visão mais social, integrada e reflexiva, cabe, então, ao Psicólogo Escolar desenvolver, em conjunto com as comunidades escolares, intervenções psicossociais, para a contribuição e desenvolvimento de sujeitos mais conscientes, críticos, éticos, sensíveis e autônomos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de uma possível reflexão que se pretende ser científica, entendemos que não temos término e que conhecimento deve ter função. Assim, essa pesquisa nos levou a ampliar a visão de que: para que a família, escola ou qualquer outro sistema possa proporcionar desenvolvimento depende-se da qualidade de relações estabelecidas entre ambos. Também, inferimos que a escola é um espaço vital para a promoção da saúde, de subjetividades e de singularidades, tratando-se, assim, de um espaço social, onde o simples e o complexo, ao ponto de ser preciso construir ações voltadas para a interlocução com outras áreas de conhecimento, que possam realizar um trabalho menos pautado em ideias platônicas e mais focado na realidade de tons Aristotélicos.

Certamente que muito temos a avançar, mas essa pesquisa se propôs a contribuir para a relevância do papel do Psicólogo Escolar, que não é o de fazer de tudo ou ser o solucionador de tudo na escola, sobretudo no que tange às questões afetivas, mas como integrante de uma equipe multiprofissional na escola, ser um profissional da Psicologia na escola que contribua de modo eficaz para que o Currículo, imbuído de ideologias excludentes e distantes da realidade dos alunos, seja uma ferramenta de Educação que em vez de alienar, emancipe o aluno, a partir do seu contexto, experiências e vivências e não de um mundo desconectado do seu. Portanto, o Psicólogo Escolar, nesse sentido, é um agente crítico, modificador e facilitador do Currículo, ao ponto dele não ser nem vilão, mas, ponte de enriquecimentos de conhecimentos e bem-estar de sujeitos no âmbito escolar, sobretudo, daqueles que mais podem ter prejuízos com Currículos minados de intentos

pérfidos políticos quem tendem a favorecer grupos e a interesses capitalistas e não democráticos: alunos.

Entendemos e advogamos, sem perder a humildade socrática, que tal pesquisa pode ser um estímulo para outros perceberem o quanto o Psicólogo Escolar, o Currículo, e ações interdisciplinares possuem intersecções. Destarte, precisamos compreender que o Psicólogo Escolar e o Currículo precisam estar e podem estar consonantes ao ambiente escolar, na medida em que o aluno poderá desenvolver melhor a prática do ensino por meio da tradução da hermenêutica do conteúdo do Currículo realizada pelo Psicólogo Escolar.

No entanto, o que nos parece mais relevante é refletir um pouco mais sobre a lamentável distância entre teoria e prática, a fim de não viver este problema na instituição escolar e de mostrar a importância de traduzir o Currículo para a realidade do aluno e da escola. Nosso intento foi colaborar com o público geral, provocar inquietações e insatisfações a fim de que, com o espanto, continue-se a instigar outras pesquisas que percebam a relevância da presente pesquisa, ao ponto de advogarmos: a presença do Psicólogo Escolar parece ser uma eminente “luz” diante da “escuridão” que são certas práticas curriculares, alicerçadas em Currículos que, muitas vezes, são mais frutos de interesses econômicos e de uma burguesia que insiste em se arrogar o direito e o saber do que é o melhor para maioria, do que um instrumento de e da Educação que deve ter como escopo: ser ação humana para o bem do próprio humano.

REFERÊNCIAS

ANDALÓ, C. S. de A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 43-46, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ANDRADA, E. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 196-199, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27470.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

ARROYO, M. G. (Org.). **Os educandos, seus direitos e o currículo**: documento em versão preliminar. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing school**: case studies in policy sociology. London - New York: Routledge, 1992.

BOURDIEU, P. Le champs scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [S.I.], n. 2/3, p. 88-104, jun. 1976.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Evolução institucional da saúde pública**. Brasília: Editora MS, 1997.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: História, Teoria e Pesquisa. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003 [1994]. 143 p.

FERNANDES, A. G. N. **Atuação do psicólogo escolar**: definindo passos e consolidando espaços. Curitiba: Appris, 2016. 165 p.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-41.

LOPES, A. C. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteira**, v. 6, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 109-118, maio/ago. 2004.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

PAN, M. A. G. S [et al.]. Subjetividade: um diálogo interdisciplinar. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 15, n. esp., p. 1-13, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i0.25365>>. Acesso em 18 mar. 2018.

OTA, Á. E. [et al.]. A inserção do psicólogo escolar na rede municipal de ensino de Londrina-PR. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 19, n. 2, p. 30-43, 1999.

TOZONI-REIS, M. F. de C. A interdisciplinar como alternativa para a organização de dois currículos escolares: algumas contrições. **ComCiência**, Campinas, n. 138, maio 2012. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000400009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2017.